

RECURSO ESPECIAL Nº 1.857.460 - SP (2020/0007546-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : MARIA LUIZA SANTOS DE ANDRADE
ADVOGADO : EDGAR PEREIRA BARROS - SP268037
RECORRIDO : BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S) - SP023134
DANIEL DE SOUZA - SP150587
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
LUCIANA SCARMATO JORGE - SP182002
RECORRIDO : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADOS : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES E OUTRO(S) - SP131351
PAULO GUILHERME DARIO AZEVEDO - SP253418
INTERES. : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
INTERES. : BANCO CETELEM S.A

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por MARIA LUIZA SANTOS DE ANDRADE, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MARIA LUIZA SANTOS DE ANDRADE, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 12/06/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 05/07/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Superior Tribunal de Justiça

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente